



Universidade do Minho
Reitoria

despacho
RT- 13/2010

Nos termos do artigo 37º, do n.º 1, alínea r, dos Estatutos da Universidade do Minho, homologo o Regulamento do Conselho Cultural da Universidade do Minho anexo ao presente despacho.

Universidade do Minho, 29 de Janeiro de 2010

O Reitor

António M. Cunha

Regulamento do Conselho Cultural da Universidade do Minho

Capítulo I (Definição e Competência)

Artigo 1.º (Definição)

1. O Conselho Cultural é o órgão colegial de consulta do Reitor e do Conselho Geral em questões de política cultural da Universidade.
2. O Conselho Cultural assegura o cumprimento de funções relevantes em matéria de política cultural e a coordenação das unidades culturais da Universidade.

Artigo 2.º (Composição)

O conselho Cultural tem a seguinte composição:

- a) O presidente, designado pelo Reitor;
- b) Os Responsáveis das Unidades culturais;
- c) Um estudante, nomeado pelo Reitor, ouvida a Associação Académica;
- d) Até dez personalidades com intervenção relevante no domínio da cultura, nomeadas pelo Reitor, ouvida a comissão permanente do Conselho Cultural.

Artigo 3.º (Presidente)

Compete ao presidente do Conselho Cultural:

- a) Representar o Conselho;
- b) Convocar e presidir às reuniões e estabelecer a ordem de trabalhos;
- c) Assegurar o cumprimento do presente regulamento, no exercício das suas competências;
- d) Exercer o voto de qualidade.

Artigo 4.º (Vice-Presidente)

1. O presidente do Conselho Cultural é coadjuvado por um vice-presidente.
2. O vice-presidente é escolhido pelo presidente de entre os membros do Conselho Cultural.
3. O vice-presidente substitui o presidente nas suas faltas, ausências e impedimentos.

Artigo 5.º

(Secretário)

O Conselho Cultural elege, de entre os seus membros, um secretário, ao qual compete assegurar o expediente das reuniões e elaborar as actas.

Artigo 6.º

(Competências)

- 1.** Compete, genericamente, ao Conselho Cultural a emissão de pareceres sobre a política cultural da Universidade, assegurando a ligação com a comunidade, bem como promover a coordenação das actividades das unidades culturais.
- 2.** Compete, designadamente, ao Conselho Cultural:
 - a) Dar parecer sobre as linhas gerais de orientação da Universidade no plano cultural;
 - b) Dar parecer sobre a criação, transformação e extinção de unidades culturais;
 - c) Promover a interligação dos programas e iniciativas culturais da Universidade com os programas desenvolvidos por outras instituições ou organismos públicos ou privados;
 - d) Submeter ao Reitor os planos de actividades das unidades culturais;
 - e) Submeter ao Reitor o modelo de gestão das unidades culturais;
 - f) Propor ao Reitor a designação dos dirigentes das unidades culturais;
 - g) Promover a coordenação e a cooperação entre as unidades culturais;
 - h) Elaborar e aprovar o Regulamento interno, a submeter ao Reitor para homologação;
 - i) Dar parecer sobre os demais assuntos de natureza cultural que sejam solicitados pelos órgãos de governo ou consultivos da Universidade, bem como pelos órgãos das unidades orgânicas;
 - j) Divulgar as iniciativas desenvolvidas pelo Conselho Cultural, bem como pelas unidades culturais.

Artigo 7.º

(Mandatos)

O mandato dos membros do Conselho Cultural tem a mesma duração que o mandato do Reitor, excepto para o membro estudante que tem a duração de dois anos.

Capítulo II

(Funcionamento)

Artigo 8.º

(Funcionamento do Conselho Cultural)

- 1.** O Conselho Cultural funciona em plenário e em comissão permanente.
- 2.** A comissão permanente do Conselho Cultural é constituída pelo presidente, pelo vice-presidente e pelos responsáveis das unidades culturais.

3. Ao plenário compete exercer as competências previstas nas alíneas a), b), c), f) e h), do n.º 2 do artigo 60.º dos Estatutos da Universidade e artigo 6.º deste Regulamento.
4. À comissão permanente compete exercer as restantes competências, sem prejuízo de submeter os assuntos à apreciação do plenário sempre que o entenda necessário.

Artigo 9.º

(Reuniões)

1. O plenário do Conselho Cultural reúne duas vezes por ano.
2. A comissão permanente reúne três vezes por ano e informará, em reunião do plenário, os assuntos tratados.
3. Extraordinariamente, o plenário e a comissão permanente reúnem, mediante convocação do seu presidente, por sua iniciativa ou a pedido do Reitor ou do Conselho Geral, bem como de um terço dos seus membros.

Artigo 10.º

(Convocatória)

1. As convocatórias das reuniões ordinárias devem ser enviadas com uma antecedência, mínima, de quinze dias úteis, por correio electrónico ou por fax, e posteriormente para o domicílio profissional de cada membro e, no caso das reuniões extraordinárias, o prazo mínimo para o envio das convocatórias é de cinco dias úteis.
2. Das convocatórias constam os seguintes elementos: ordem de trabalhos, o dia, hora e local da reunião.
3. As convocatórias devem ser acompanhadas de toda a documentação necessária à análise dos assuntos constantes da ordem de trabalhos.
4. Compete ao presidente elaborar a ordem de trabalhos e assinar as convocatórias.

Artigo 11.º

(Quórum)

O Conselho Cultural reúne com a maioria dos seus membros, não contando para o apuramento do quórum os membros impedidos.

Artigo 12.º

(Votação)

1. As deliberações são tomadas por maioria absoluta dos membros presentes na reunião.
2. Cada membro tem direito a um voto.
3. No caso de empate, o presidente tem direito a voto de qualidade.

Artigo 13.º

(Actas)

1. De cada reunião será lavrada uma acta, cujo projecto deve acompanhar a convocatória da reunião seguinte, para apreciação e votação.

2. Nos casos em que o órgão delibere, justificadamente, a acta será aprovada em minuta, na reunião a que disser respeito.
3. Depois de aprovada, a acta será assinada pelo presidente e pelo secretário.

Artigo 14.º

(Serviço de apoio e expediente)

Os serviços de apoio e expediente do Conselho Cultural serão assegurados pela Reitoria da Universidade que disponibilizará os meios necessários.

Capítulo III

(Disposições Finais)

Artigo 15.º

(Alterações ao Regulamento)

O presente regulamento pode ser alterado, em reunião do plenário, por maioria absoluta, por iniciativa do Presidente ou de um terço dos seus membros.

Artigo 16.º

(Entrada em vigor)

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua homologação pelo Reitor.